

*Para uma mais ampla e efetiva participação das cidades pequenas, médias e
periféricas na definição da Política Urbana Europeia*

Contribuição dos parceiros do projeto EURE para uma política urbana mais eficaz

Relatório

Maio 2021



Para apoiar uma vasta minoria de cidades pequenas, médias e periféricas

Por um policentrismo no centro da Política Urbana e da Política de Coesão

De uma vida urbana para uma vida mais humana

Sumário

1 	Contexto e objetivo do relatório	4
2 	Objetivo dos parceiros do projeto EURE	5
3 	Recomendações dos parceiros do projeto EURE	6

Este relatório reflete o ponto de vista dos autores; a única responsabilidade pelo conteúdo deste relatório cabe aos autores. As autoridades do programa ou a Comissão Europeia não são responsáveis por qualquer utilização que possa ser feita das informações contidas no mesmo.



Relatório de parecer sobre as cidades pequenas, médias e periféricas sobre as prioridades das políticas urbanas - Apoio técnico às principais conclusões e recomendações

Elaborado pela equipa de Peritos dos parceiros EURE:

Apelido	Nome	Parceiro EURE
• Prado	Martin	Eixo Atlântico
• Palma-Andres	José	
• Cabanas	Marta	
• Peña Penabad	José	
• Soeiro	José	
• Bressan	Massimo	ASEV
• Lakatos	Simina	Municipiul Alba Iulia
• Cirstoiu	Alexandra Andrea	
• Skwarek	Dorota	Wolewództwo Lubelskie
• Brzozowy	Andrzej	
• Krzyzanowska - Orlik	Anna Krzyzanowska	
• Brejchová	Eva	Depart. of coord. of European projects of the Pilsen City (
• Kubicková	Markéta	
• Syrovátková	Veronica	
• Lembo	Francesco	ACR+ - Association of Cities and Regions for sustainable Resource management
• Lisai	Serena	
• Danko	Aleksic	
• Dubois	Gwenaelle	Atlantic Cities
• Oliveira	Adeline	
• Skudra	Sabine	Riga City Council - City Development Department



1 | Contexto e objetivos do relatório

No decurso da reunião inicial, realizada em Santiago de Compostela (Espanha) a 11 de julho de 2019, os parceiros do Projeto EURE, financiado pelo Interreg Europe, decidiram produzir dois relatórios adicionais, como um produto adicional ao âmbito do projeto. Um destes dois documentos constitui **um relatório sobre as cidades pequenas, médias e periféricas e o seu posicionamento perante as prioridades das políticas urbanas**.

Pretende-se que seja um documento sintético, a ser produzido pelos peritos dos parceiros enquanto preparam o Relatório Conjunto¹ e os Relatórios Regionais, tirando partido das suas reuniões regulares. Inclui um capítulo com 'Conclusões e 'Recomendações'. Este documento foi preparado e é **destinado a decisores políticos** e baseia-se nos conhecimentos, experiência e intercâmbio entre parceiros. Foi preparado pelos peritos, mas a versão final, e especialmente as mensagens políticas, foram aprovadas pelos membros do Comité Diretivo do EURE.

Para produzir este relatório, os parceiros analisaram o papel das suas cidades na definição da política urbana europeia (caso exista), bem como o impacto das políticas urbanas europeias sobre elas. A questão global que os parceiros do projeto tentaram responder é como avaliam a sua representação a nível europeu e nos diferentes comités, programas e prioridades. Importa ter presente que o desafio demográfico que a Europa enfrenta atualmente está especialmente ligado às áreas com baixa densidade populacional nas quais estas cidades pequenas/ médias e periféricas podem desempenhar um papel importante em termos de serviços públicos para os habitantes. Este papel está a ser tomado em consideração?

A principal questão a responder é como **melhorar a presença das cidades pequenas, médias e periféricas na definição da Política Urbana Europeia** e a sua participação nos fundos atribuídos pelo futuro artigo 7º do Regulamento FEDER às políticas urbanas para assegurar que as suas prioridades deem resposta também às suas necessidades?

As cidades pequenas, médias e periféricas têm normalmente menos recursos económicos do que as maiores. Normalmente a sua população está a envelhecer (porque os jovens tendem a mudar-se para grandes cidades que oferecem oportunidades de emprego mais atrativas) e, por isso, têm necessidades crescentes por parte dos serviços públicos. No entanto, as pequenas cidades (menos de 50.000 habitantes) não são elegíveis para fundos provenientes do artigo 8º do Regulamento FEDER (Ações Inovadoras Urbanas). Os fundos atribuídos pelo artigo 7º do Regulamento FEDER às políticas urbanas **destinam-se agora principalmente às grandes cidades, enquanto as mais pequenas não têm acesso a elas** (embora alguns países, como Espanha, tenham conseguido encontrar opções para incluir cidades mais pequenas sob algumas condições específicas). Este documento deverá dar pistas sobre **o futuro papel das cidades pequenas, médias e periféricas na definição das prioridades da Política Urbana e nos fundos do FEDER**. Por exemplo, as autoridades de Lubelskie pretendem incluir para 2021-27 ITI em número de 16 relativas a Áreas Urbanas Funcionais de pequenas e médias cidades.

O Relatório de Parecer sobre a posição das cidades pequenas, médias e periféricas sobre as prioridades das políticas urbanas está dividido em duas publicações, complementares, mas distintas:

- Um documento de resumo com as principais conclusões e recomendações dos parceiros do projeto EURE, estruturado e destinado aos responsáveis pela política urbana, e
- Um relatório, também sintético, descrevendo o apoio técnico às principais conclusões e recomendações.

¹ Para uma melhor e sustentável qualidade de vida nas cidades europeias - Um Relatório Conjunto EURE sobre a forma como os fundos atribuídos pelo artigo 7 do Regulamento FEDER para o desenvolvimento das políticas urbanas estão a ser utilizados e como podem ser melhorados



2 | Objetivo dos parceiros do projeto EURE

A Europa tem uma grande variedade de pequenas, médias e grandes cidades. Como parte de um sistema urbano policêntrico, estas são áreas funcionais com potencialidades e desafios vários. As cidades europeias são mais do que lugares de estruturas construídas densamente dispostas; também permitem uma interação cultural, social, ecológica e económica. A maioria das cidades são centros únicos, historicamente relevantes, de valor cultural excepcional que moldam o património urbano europeu e a identidade dos seus cidadãos. Assim, a cultura está no centro de qualquer desenvolvimento urbano sustentável, incluindo a preservação e o desenvolvimento do património construído e de outro património cultural.

As cidades são lugares de pluralismo, criatividade e solidariedade.

A nova Carta de Leipzig

Segundo o estudo "Cidades no Mundo", produzido conjuntamente pela OCDE e pela Comissão Europeia, a população que vive em cidades com mais de 50.000 habitantes mais do que duplicou nos últimos 40 anos, passando de 1.5 mil milhões em 1975 para 3.5 mil milhões em 2015. Prevê-se que atinja os 5 mil milhões em 2050.

24.2% da população europeia vive em cidades pequenas, médias e periféricas com uma população entre 5.000 e 50.000 habitantes. O número total dessas cidades na Europa é de 8.350. Estas cidades desempenham um papel económico e social importante como centros de emprego, serviços públicos e privados, centros de transportes locais, bem como centros locais e regionais de criação de conhecimento, inovação e infraestruturas para uma grande proporção da população europeia.

A União Europeia não tem uma verdadeira política urbana comum. A Agenda Urbana Europeia e os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, através do Artigo 7º do atual Regulamento FEDER, mitigaram esta omissão, tendo sido e foi através dela que a Comissão procurou promover modelos lógicos para uma abordagem comum.

A Agenda Urbana para a UE reconhece que as áreas urbanas de todas as dimensões podem impulsionar o crescimento, criar empregos para os cidadãos e aumentar a competitividade da Europa numa economia globalizada. A UE não tem uma política específica para as cidades de pequena e média dimensão, que dificilmente são abrangidas pelos artigos 7 e 8 do FEDER (em particular as mais pequenas).

Os parceiros do projeto EURE decidiram elaborar um Relatório sobre a posição das cidades pequenas, médias e periféricas sobre as prioridades das políticas urbanas, incluindo a sua contribuição sobre os conceitos a serem aceites pela Agenda Urbana para a UE e pelo Eurostat.

A parceria do projeto EURE envolve cidades de diferentes Estados-Membros da UE, com diferentes tipos de organização administrativa a nível nacional, regional e local. A tipologia de organização depende dos níveis de Município e de Cidade.

Com base na sua experiência concreta, os parceiros do projeto EURE pretendem, através do presente relatório, contribuir para melhorar a presença das cidades pequenas, médias e periféricas na definição da Política Urbana Europeia.



3 | **Recomendações dos parceiros do projeto EURE**

Os parceiros do projeto EURE, com o objetivo de reforçar a participação das cidades pequenas e médias na definição da Política Urbana Europeia e a sua participação nos fundos atribuídos pelo futuro “artigo 7 do Regulamento FEDER”, recomendam:

01. *Promover uma participação efetiva das cidades pequenas, médias e periféricas na política urbana da UE para reforçar o policentrismo, bem como uma definição adequada destas cidades, em função do território em que se situam;*
02. *Capacitar a participação pública da administração local na conceção, implementação, monitorização e avaliação das estratégias urbanas e, em geral, da política urbana;*
03. *O desenvolvimento urbano sustentável e integrado deve ser progressivamente orientado para áreas urbanas funcionais e sistemas urbanos policêntricos;*
04. *Promover uma maior implicação dos Estados-Membros na descentralização política e financeira para a administração;*
05. *Dar maior relevância ao planeamento estratégico na preparação dos instrumentos do programa para a implementação da política urbana e do investimento público em geral;*
06. *Promover a aproximação territorial e temática das cidades e das suas instituições para a implementação conjunta de políticas de desenvolvimento urbano sustentável através de estratégias territoriais integradas;*
07. *As áreas funcionais urbanas para o desenvolvimento urbano sustentável podem e devem ultrapassar delimitações administrativas, configurando-se em torno de diferentes funções urbanas, sistemas territoriais policêntricos e maiores inter-relações territoriais;*
08. *Capacitar as autoridades descentralizadas, simplificar a gestão do FEDER e assegurar que os recursos FEDER atribuídos às políticas urbanas sejam incrementados;*
09. *A Economia Circular deve ser inserida na Política Urbana Europeia para cidades pequenas, médias e periféricas;*
10. *As cidades, tal como fizeram durante a pandemia, devem desempenhar um papel crucial na reconstrução socioeconómica pós-covid*

Uma breve explicitação sobre as recomendações dos parceiros do projeto EURE:

01. *Promover uma participação efetiva das cidades pequenas, médias e periféricas na política urbana da UE para reforçar o policentrismo, bem como a definição adequada destas cidades, em função do território em que se encontram.*

O modelo de desenvolvimento económico que tem prevalecido nos últimos anos tem favorecido a concentração de populações nas grandes metrópoles e em áreas progressivamente reduzidas, nas quais também se tem concentrado a procura de empregos mais qualificados. Esta concentração excessiva não foi a primeira causa do surto epidémico, mas foi provavelmente a primeira causa para a dimensão que atingiu.

No final desta crise, não voltaremos ao ponto de partida. O contexto futuro será certamente bastante diferente.

As cidades pequenas, médias e periféricas são um dos motores do desenvolvimento: estimulam a inovação económica e social: facilitam o aparecimento de novas iniciativas empresariais, garantem equipamento e serviços, apoiam atividades recreativas e culturais; facilitam a difusão de informação, economias de aglomeração e dimensão crítica. A superação do problema demográfico depende, em grande medida, da capacidade dos centros urbanos para impulsionar recursos e oportunidades, gerar iniciativas e atividades, atrair e fixar a população.

Mesmo que para fins estatísticos o Eurostat considere “cidade” como uma unidade administrativa local (UAL) onde a maioria da população vive num centro urbano (densidade populacional de 1.500/Km²) de pelo menos 50.000 habitantes., ainda não se encontra consagrado um conceito claro do que é uma cidade pequena ou de tamanho médio.

Mas a realidade jurídica e prática mostra que em vários países, como por exemplo a Espanha e a França, podemos considerar:

- ✓ Cidade, uma UAL com 20.000 habitantes. ou mais;
- ✓ Cidade Média, uma UAL entre 10.000 e 20.000 habitantes
- ✓ Cidade Pequena, uma UAL não superior a 10.000 habitantes.

Alguns territórios europeus têm populações com menos de 20.000 habitantes e não conseguiram aceder ao financiamento europeu para as estratégias urbanas, mas são na realidade os nós centrais para áreas maiores compostas por áreas urbanas com mais de 20.000 habitantes formadas por um sistema de núcleos dispersos e não contínuos ou contíguos.

Parece razoável incorporar esta realidade nas estratégias urbanas e tornar possível o financiamento através de fundos FEDER para centros populacionais que, por si só, não atingem o limite de 20.000 habitantes. É particularmente relevante o papel que têm como motor de grandes áreas rurais e a sua importância no fornecimento a estas áreas de equipamento, infraestruturas e serviços que impeçam o despovoamento destas áreas rurais. Esta realidade não deve ser deixada de fora do processo de elaboração de uma estratégia.



Neste contexto, é necessário definir o quadro conceptual do termo pequenas, médias cidades com base no território em que estão situadas e na sua organização administrativa. Dada a heterogeneidade da Europa, não poderá haver um conceito único.

A aplicação do eixo urbano do FEDER deve ser capaz de distinguir entre estas condições urbanas específicas, por exemplo entre cidades médias, pequenas e áreas metropolitanas, onde as soluções não podem ser as mesmas.

02. Capacitar a participação pública da administração local na conceção, implementação, monitorização e avaliação das estratégias urbanas e, em geral, da política urbana.

A Política Urbana representa uma das principais respostas da Política de Coesão ao desenvolvimento harmonioso dos territórios europeus. Não pode, contudo, ser vista como uma política destinada apenas às grandes metrópoles e áreas metropolitanas. O estímulo ao sistema urbano deve assentar na criação de uma rede coesa e articulada de cidades pequenas e intermédias que, apesar de marginais relativamente às principais áreas metropolitanas, constitui a rede vital que dá resiliência e dinâmica económica e social aos territórios.

A eficácia da participação das cidades e das suas redes na preparação e acompanhamento dos vários programas europeus a nível nacional, deve ser assegurada, em particular os relacionados com o novo ciclo de financiamento e os programas dirigidos para as cidades, especialmente nas estratégias urbanas.

Devem ser tomadas outras medidas para reforçar o papel dos cidadãos e dos atores locais no desenvolvimento de políticas urbanas sustentáveis e das suas estratégias e ao longo de todas as fases da sua implementação. Isto deve ser promovido num duplo plano: a nível da área urbana como um todo e a nível da área específica onde as ações são implementadas, para envolver a população do bairro e os agentes locais.

Importa promover o conhecimento da política urbana e as suas implicações na população em geral e no conjunto da sociedade e não apenas entre especialistas na matéria. Só uma sociedade que conhece a política urbana e as suas estratégias locais pode incorporá-las e exigir que sejam implementadas e avaliadas.

A participação pública, em particular no que diz respeito ao governo local, é essencial num mundo democrático moderno. As pessoas, por definição, são o alvo de todas as medidas tomadas em seu nome. O governo local deve, portanto, tomar a sua opinião em todas as decisões importantes, em particular quando se trata de estratégias de política urbana, planeamento, acompanhamento e avaliação de projetos, através de inquéritos e/ou consultas sistemáticas, através de estruturas locais apropriadas.

03. O desenvolvimento urbano sustentável e integrado deve ser progressivamente orientado para áreas urbanas funcionais e sistemas urbanos policêntricos

Estes “novos” territórios urbanos tendem a partilhar problemas e devem, portanto, tender a conceber e promover estratégias comuns de desenvolvimento urbano, na medida em que o desenvolvimento local



sustentável conte com a capacidade de planeamento de ações conjuntas envolvendo diferentes atores com escalas variáveis e integradas.

Cidades com 20.000 habitantes ou menos, que são nós agregadores de zonas rurais mais vastas, devem ter a possibilidade de criar uma área urbana funcional ou como parte de uma rede de centros multicêntricos descontínuos para aceder diretamente ao financiamento urbano europeu e aos planos nacionais do fundo de coesão para as políticas urbanas.

O próximo período de programação dos fundos europeus estruturais e de investimento deverá incrementar a incorporação do conceito de áreas urbanas funcionais, com especial atenção aos conjuntos metropolitanos, ao policentrismo de núcleos mais pequenos e aos espaços rurais urbanos de transição.

Deve ser dada maior atenção à relação entre a cidade e a zona rural circundante. As relações rurais-urbanas devem ser consideradas na definição de políticas de desenvolvimento urbano sustentável. A expansão urbana levou ao desenvolvimento de áreas onde o tecido urbano e rural se misturam. As diferenças sociais e funcionais entre a vida nas cidades, e o meio rural, estão a tornar-se cada vez mais difíceis de distinguir, pelo que não é fácil traçar uma linha clara entre as zonas urbanas e rurais. As zonas urbanas e rurais devem cooperar para um desenvolvimento territorial equilibrado.

Mecanismos normativos, organizacionais e financeiros têm de ser desenvolvidos a todos os níveis como precondições para a incorporação e desenvolvimento de novas áreas funcionais com a expressa participação de cidades e municípios.

04. Promover uma maior implicação dos Estados-Membros na descentralização política e financeira para a administração local

A saída da crise atual exige dimensão nas respostas e rapidez no processo de tomada de decisão. As instituições europeias foram capazes de responder numa escala e uma oportunidade a que não estávamos habituados nas suas tomadas de decisões. É agora necessário definir a direção para a saída da crise.

As cidades pequenas, médias e periféricas são chamadas a dar contribuição compatível com a qualidade e o nível das decisões do Conselho Europeu ao abrigo da *Next Generation EU* e do Quadro Financeiro Plurianual, não se limitando a reclamar mais fundos para os seus territórios. Têm capacidade e legitimidade para reclamar uma voz interveniente e autónoma na escolha das opções, centrando-se na necessidade de definir novas políticas públicas a partir das perspetivas dos territórios como um todo funcional.

Os municípios têm sido sistematicamente chamados a novas responsabilidades e novas respostas aos anseios, insegurança e expectativas dos cidadãos, que vão muito além das suas áreas tradicionais de intervenção. Este novo quadro alargado de exigências é o resultado do capital de confiança que os cidadãos neles depositam.

A onda de populismo tem acompanhado a crescente epidemia, especialmente porque o populismo se alimenta da insegurança dos cidadãos e das crescentes desigualdades. Para além da crise em curso, devemos combater a insegurança e a desigualdade. As pequenas e médias cidades e as suas autoridades urbanas estão particularmente bem posicionadas para esta tarefa devido à sua proximidade, à escala das suas respostas e especialmente porque têm correspondido à confiança dos cidadãos.



Por isso, as cidades pequenas, médias e periféricas podem exigir cooperação entre cidades, cooperação entre os vários níveis da administração pública, nacional, regional e local e defender a cooperação com empresas. Novas políticas públicas que contribuam para sair da crise só podem ser definidas nesta base multinível de cooperação e governação para serem eficazes.

Por isso, as cidades pequenas, médias e periféricas devem participar ativamente e desde o início na definição de políticas públicas para responder às consequências da atual crise e dos instrumentos financeiros para a sua implementação.

Os programas do próximo período de programação 2021-27 podem apoiar significativamente a capacitação das cidades. Sendo necessária uma mudança geral na política e relação com a administração local, dando-lhes poderes e orçamento adequados, e exigindo menos proteção por parte das agências governamentais centrais que, no programa atual, exercem um controlo demasiado directo sobre as entidades locais.

O compromisso de governação a vários níveis, tanto a nível vertical como horizontal e tanto a nível europeu como estatal, deve, pois, ser aprofundado para clarificar os papéis e as competências dos diferentes níveis de governo envolvidos nas políticas urbanas.

05. *Dar maior relevância ao planeamento estratégico na preparação dos instrumentos de programação para a implementação da política urbana e do investimento público em geral*

A resposta à emergência social e à crise económica deve ser inovadora porque os instrumentos habituais de apoio à manutenção dos postos de trabalho muito provavelmente não serão suficientemente eficazes.

Pessoas, famílias e empresas têm sido forçadas a incorporar e fornecer capacidade de mobilidade através da tecnologia. É agora indispensável, para poder continuar com atividades a partir de casa, para manter relações comerciais, para aceder a serviços públicos e privados, e mesmo para manter relações sociais.

A digitalização já estava inscrita na agenda urbana; o confinamento apenas acelerou a dinâmica deste processo. O teletrabalho ganhou um impulso completamente inimaginável há apenas alguns meses. Esta mudança abre novas perspetivas para os territórios periféricos numa economia do conhecimento, fortemente terciária e digitalizada.

As tecnologias digitais, especialmente a inteligência artificial, estão a transformar o mundo a uma velocidade sem precedentes. Estas tecnologias mudaram as nossas formas de comunicar, no que diz respeito à vida e ao trabalho. Mudaram as nossas sociedades e as nossas economias.

A importância de um planeamento estratégico integrado no domínio das políticas de desenvolvimento urbano sustentável e a importância de desenvolver agendas urbanas a todos os níveis das administrações e governos ou documentos semelhantes, quando tal não for possível, deve ser claramente expressa.

Novos programas de desenvolvimento urbano e agendas locais devem ser alinhados com a Agenda 2030 da ONU, em particular o Objetivo 11, e com a COP21, a Nova Agenda Urbana, a Estratégia Europeia de Pacto Ecológico Europeu e o Pacto de Paris, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia ou o Quadro de Referência das Cidades Sustentáveis, bem como outros documentos internacionais de referência.



Deve ser feito um esforço para tornar as estratégias mais orientadas para as cidades e ser a expressão de uma abordagem comum e participativa e não uma mera soma de acções conjunturais de acordo com o governo central em funções. A estratégia deve ser mais ampla, abrangendo a administração municipal e não se limitar aos projectos financiáveis.

06. *Promover o agrupamento territorial e temático de cidades e das suas instituições para o desenvolvimento conjunto de políticas de desenvolvimento urbano sustentável através de estratégias territoriais integradas.*

A relação entre administrações centrais, regionais e locais e entre cidades deve basear-se num espírito e numa prática de colaboração, definindo uma autêntica corresponsabilidade entre administrações, respeito pela administração local sem que o município seja o espaço de confronto entre administrações. A política urbana e sectorial sobre as cidades deve ser sempre acordada com a administração local.

É recomendável integrar estratégias sectoriais nas políticas urbanas, que não sejam apenas urbanas, se as cidades tiverem um papel considerável na sua realização e implementação. Aspectos como os resíduos, energia, transportes, etc., devem ser abrangidos por políticas sectoriais que necessitam de ser mais claramente integradas nas políticas urbanas.

07. *As áreas funcionais urbanas para o desenvolvimento urbano sustentável podem e devem ultrapassar delimitações administrativas, configurando-se em torno de diferentes funções urbanas, sistemas territoriais policêntricos e maiores inter-relações territoriais.*

Uma melhor definição dos conceitos de área urbana e de autoridade urbana devem ser valorizados para permitir intervenções mais amplas e mais flexíveis. É necessário fazer progressos no sentido de um conceito mais flexível e inclusivo de "área urbana".

O conceito de área urbana deve ser completado com o de redes urbanas policêntricas. A evolução para um maior policentrismo a nível nacional e europeu deve promover estratégias de cooperação e estratégias de redes intercidades para um desenvolvimento regional mais equitativo.

Promover a inter-relação institucional das autoridades urbanas, para partilhar novas ideias sobre o desenvolvimento das cidades, novos modelos urbanos, recuperação de bairros, boas práticas, aprendizagem, culturas organizacionais, resolução de problemas, etc. Comunidades de prática e redes que promovam o intercâmbio entre atores urbanos podem facilitar esta função, como por exemplo a Rede de Desenvolvimento Urbano.



08. Capacitar as autoridades descentralizadas e simplificar a gestão do FEDER e assegurar que os recursos FEDER atribuídos às políticas urbanas sejam incrementados

A fim de acelerar a implementação do período de programação 2021-27, seria desejável ter já identificado o modo de gestão, a relação entre as administrações e os instrumentos informáticos necessários que permitam uma utilização eficiente do tempo e garantam o conhecimento e o diálogo das diferentes administrações para facilitar a implementação do período de programação 2021-27. Estas ferramentas devem ser concebidas com antecedência e aplicadas durante todo o ciclo de vida do programa.

Deverão ser feitos mais progressos na simplificação da gestão que permita maiores velocidades de execução e maior liberdade dos órgãos de gestão em relação aos órgãos intermédios. O atual período de programação é extremamente burocrático. Muito tempo e esforços são desperdiçados em burocracia e processamento interno, o que é uma das razões para o baixo nível de implementação dos programas atuais.

O financiamento direto europeu/nacional deve ser facilitado e aumentado para as cidades, dando às autoridades locais responsabilidades em áreas de mercado carácter urbano ou ligadas ao Pacto Ecológico Europeu.

O Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, o Programa de Reforma Estrutural e o Plano de Recuperação da UE devem assegurar que os fundos atribuídos às políticas urbanas sejam aumentados.

O reforço do papel desses fundos, conferindo poderes às autoridades locais pela e o reconhecimento do seu trabalho de acolhimento dos cidadãos será uma chave para a recuperação socioeconómica da Europa que deve ser claramente expressa e considerada nos futuros programas de desenvolvimento urbano. Inicialmente a Comissão propôs pelo menos 6% do FEDER para as zonas urbanas, e depois o Parlamento, o Conselho e a Comissão concordaram que este valor deveria ser de pelo menos 8%. Porque não ir mais longe, como é já o caso em vários EM para 2014-2020?

09. A Economia Circular deve ser integrada na Política Urbana Europeia para as cidades pequenas, médias e periféricas.

As autoridades locais e regionais (ALR) são atores-chave para o desenvolvimento de atividades circulares no terreno, salientando que muitas ALR europeias foram pioneiras na transição para a economia circular (EC).

As ALR têm utilizado uma vasta gama de abordagens para desenvolver a EC e que, na concretização destas abordagens, têm enfrentado vários desafios comuns que estão particularmente relacionados com a necessidade de construir conhecimento e capacidade técnica, bem como a necessidade de aceder a recursos financeiros.

As seguintes ações potenciais são recomendadas pelo Comité Europeu das Regiões para contribuir para a integração da EC nas políticas urbanas europeias para as cidades pequenas, médias e periféricas²:

1. Medições integradas dos objetivos da EC e associação da prevenção de resíduos com as alterações climáticas. Há uma oportunidade de ligar os objetivos de gestão sustentável dos recursos das autoridades descentralizadas aos planos de adaptação e mitigação das alterações climáticas. A EC tem um enorme

² "A Dimensão Local e Regional no Novo Plano de Ação da Economia Circular", Comissão do CdR para o Ambiente, Alterações Climáticas e Energia. Disponível em: <https://cor.europa.eu/en/engage/studies/Documents/Local%20and%20regional%20dimension%20of%20the%20CEAP.pdf>



potencial para mitigar o impacto dos produtos, evitando a geração de resíduos, prolongando a vida útil dos produtos, e fechando os circuitos de materiais. É possível que as cidades e regiões europeias contribuam para a redução da pegada de carbono da UE em vários sectores-chave através da implementação de ações ambiciosas, mas exequíveis.

2. Cooperação inter-serviços e abordagem integrada. A natureza transversal das estratégias locais da EC deve contar com o envolvimento de vários departamentos políticos. A governação interna inclusiva e a cooperação inter-serviços são assim necessárias para trazer à volta da mesa os departamentos relevantes das administrações públicas a nível local ou regional, em particular os responsáveis pelo ambiente e resíduos, desenvolvimento económico, planeamento urbano, educação e emprego, investigação e inovação.
3. Uma ligação mais forte com estratégias inteligentes de especialização. A especialização inteligente é caracterizada pela identificação de áreas estratégicas de intervenção baseadas tanto na análise dos pontos fortes e potenciais da economia como no envolvimento das partes interessadas. Através desta parceria e abordagem ascendente, as estratégias de especialização inteligente (S3) reúnem autoridades locais, academias, esferas empresariais e a sociedade civil, trabalhando no desenvolvimento e implementação de estratégias de crescimento a longo prazo apoiadas pelos fundos da UE.
4. Uma ligação mais forte com os Fundos Estruturais e de Investimento da UE. As políticas de coesão, bem como as estratégias S3, oferecem um quadro político para o desenvolvimento regional integrado, centrando-se nos pontos fortes específicos de cada região para a concretização das EC. Ideias propostas para alimentar o quadro regulamentar pós 2020: promover a conceção ecológica através do investimento em I&I e no desenvolvimento de competências para produtos/serviços circulares; partilhar modelos e mudança de padrões de consumo, economia colaborativa, bem como modelos empresariais circulares; e promover o desenvolvimento de estratégias territoriais integradas que tenham em conta a dimensão de economia circular de todas as operações das autoridades descentralizadas sobre a gestão sustentável dos recursos. Não há necessidade de procurar longe as soluções. Muitos destes conceitos já foram implementados por autoridades descentralizadas em toda a Europa.
5. Cadeias de valor curtas e locais reforçadas. A EC e a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) serão cada vez mais integradas nas estratégias e políticas de desenvolvimento urbano para preservar a resiliência urbana equilibrando a produtividade, a inclusão social e o ambiente.

10. *As cidades, tal como fizeram durante a pandemia, devem desempenhar um papel crucial na reconstrução socioeconómica pós-Covid*

Esta crise começou por ser uma crise de saúde pública, mas o medo gerou uma crise de valores, modos de vida e hábitos sociais, que gerou uma profunda crise social com efeitos esmagadores e está a gerar o que já se está a configurar como a grande crise económica vivida pelas gerações atuais.

As desigualdades sociais e económicas acentuaram-se. Trata-se de uma pandemia que é claramente assimétrica nas suas consequências sociais e económicas.

Existe agora uma perceção mais generalizada sobre o problema demográfico do envelhecimento da população e a insuficiência e fragilidade das estruturas sociais de apoio aos idosos.



As cidades pequenas, médias e periféricas têm sido sistematicamente chamadas a novas responsabilidades e novas respostas aos anseios, insegurança e expectativas dos cidadãos, que vão muito além das suas áreas tradicionais de intervenção. Este novo quadro alargado de exigências é o resultado da capital de confiança que os cidadãos nelas depositam.

Aas autoridades locais devem participar ativamente e desde o início na definição de políticas públicas para responder às consequências da atual crise e dos instrumentos financeiros para a sua implementação (como claramente assinalado pelo recente relatório do UN-HABITAT): *“Cidades e Pandemias: Para um futuro mais justo, verde e saudável”*.